



MUNICÍPIO DE TAROUCA
CÂMARA MUNICIPAL

2019.01.10

ATA NÚMERO 35/2017-21 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAROUCA DE 10 DE JANEIRO DE 2019

Aos dez dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezanove, nesta cidade de Tarouca, edifício dos Paços do Município, salão Nobre das reuniões, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara, Valdemar de Carvalho Pereira, com a assistência da Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira, Luísa Maria de Sousa Teixeira Ramos e a presença dos Senhores Vereadores Afonso Manuel Batista Dias, José Damião Lopes Guedes de Melo, Susana Cristina Dias Pereira e Ana Maria Silva Xavier Guerra, teve lugar a trigésima quinta reunião desta Câmara Municipal, no mandato autárquico de dois mil e dezassete - dois mil e vinte e um.

O **Senhor Presidente da Câmara** declarou aberta a reunião pelas dez horas.

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR

Passou-se de imediato à apreciação da minuta da ata número trinta e quatro da reunião desta Câmara Municipal de vinte e sete de dezembro findo, a qual foi aprovada por unanimidade sem alterações.

O **Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias**, em virtude de não ter estado presente na referida reunião, não participou na apreciação e votação da minuta da referida ata.

O **Senhor Presidente da Câmara** distribuiu por todos os Senhores Vereadores cópia do calendário das reuniões da Câmara Municipal para o ano corrente.

Não estando público presente e não tendo havido assuntos no período de antes da ordem do dia, passou-se de imediato à discussão da seguinte

ORDEM DO DIA

PONTO 1 - Deliberações de aplicação anual

PONTO 2- Constituição de um fundo de maneio nos termos do disposto no ponto 2.9.10.1.11. do POCAL, aprovado pelo Decreto-lei n° 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as alterações posteriores e do n° 1 do art. 4° do Regulamento aprovado em 27.02.2014 - Proposta

PONTO 3 - Constituição de um fundo de maneio destinado a suportar despesas ocasionais e de pequeno montante resultantes da ação da Comissão de Proteção a Crianças e Jovens de Tarouca - Proposta

PONTO 4 - Apoio à manutenção e divulgação turística do património histórico local - Proposta

PONTO 5 - Orçamentação e gestão das despesas com pessoal em 2019 - proposta

PONTO 6 - Projetos dos Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana (PERU's) da sede do Concelho, de Ucanha e Gouveias, de Salzedas, de S. João de Tarouca e do Outeiro - proposta

PONTO 7 - Averbamentos das seguintes licenças de táxi - ratificação:

a) Adérito Pereira Vieira - Licença n° 5/2002 - averbamento da licença por mudança de titular;

b) Adérito Pereira Vieira - Licença nº 5/2002 - averbamento da licença por mudança de veículo;

a) Cassiano Moraes Gil - Licença nº 6/2002 - averbamento da licença por mudança de veículo.

PONTO 8 - Apoios concedidos a entidades e organismos legalmente existentes, com vista à prossecução de obras e eventos de interesse para o município, bem como às freguesias - Informação do Senhor Presidente da Câmara

PONTO 9 - Apoios concedidos para atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o Município - Informação do Senhor Presidente da Câmara

PONTO 10 - Resumo diário da tesouraria

PONTO 11 - Instituto da Segurança Social, I. P. - Programa CLDS 4G - Convite para manifestação de interesse no desenvolvimento de projetos no concelho de Tarouca

PONTO 12 - Programa CLDS 4G no concelho de Tarouca- designação do coordenador da equipa

PONTO 13 - Processo de operação de loteamento urbano com obras de urbanização nº 155/16; Requerente: Aquiguarante, Lda - Pedido de substituição de caução sob a forma de hipoteca - Análise e decisão

PONTO 1 - DELIBERAÇÕES DE APLICAÇÃO ANUAL

Presente a proposta do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

"Deliberações de aplicação anual

Proposta

Nos termos do Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro:

❖ Deliberado autorizar o pagamento de todas as receitas a cobrar no ano corrente por conta de operações de tesouraria às respetivas entidades interessadas;

❖ Deliberado autorizar o pagamento das remunerações devidas ao pessoal, e bem assim os abonos obrigatórios calculados nos termos da Lei e ainda outros encargos resultantes de contratos, dispensando-se prévia deliberação em reunião do executivo;

❖ Deliberado autorizar a cobrança das taxas e outras receitas de conformidade com as leis, tabelas e regulamentos em vigor, processando-se para tanto os competentes conhecimentos e guias de receita.

Tarouca, 3 de janeiro de 2019

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

Foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta para produzir efeitos imediatos.

PONTO 2- CONSTITUIÇÃO DE UM FUNDO DE MANEIO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO PONTO 2.9.10.1.11. DO POCAL, APROVADO PELO DECRETO-LEI Nº 54-A/99, DE 22 DE FEVEREIRO, COM AS ALTERAÇÕES POSTERIORES E DO Nº 1 DO ART. 4º DO REGULAMENTO APROVADO EM 27.02.2014 - PROPOSTA



MUNICÍPIO DE TAROUCA

2019.01.10

CÂMARA MUNICIPAL

Presente a proposta do **Senhor Presidente da Câmara**, que a seguir se transcreve:

"Constituição de um fundo de maneiio nos termos do disposto no ponto 2.9.10.1.11. do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n° 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as alterações posteriores, e do n°1 do artigo 4° do Regulamento aprovado em 27.02.2014

PROPOSTA

Nos termos do ponto 2.9.10.1.11. do POCAL, para efeitos de controlo dos fundos de maneiio, o órgão executivo deve aprovar um regulamento que estabeleça a sua constituição e regularização, devendo definir a natureza da despesa a pagar pelo fundo bem como o seu limite máximo, e ainda:

- a) A afetação, segundo a sua natureza, das correspondentes rubricas da classificação económica;
- b) A sua reconstituição mensal contra a entrega dos documentos justificativos das despesas;
- c) A sua reposição até 31 de dezembro.

Em 27.02.2014, a Câmara Municipal aprovou o regulamento do fundo de maneiio, em conformidade com a Lei n° 8/2012, de 21.02 e o Decreto-Lei n° 127/2012, de 21.06.

Neste contexto, tendo em vista a satisfação de pequenas despesas urgentes e inadiáveis, proponho a V. Exas que esta Câmara Municipal delibere, no uso da competência prevista no ponto 2.9.10.1.11. do POCAL, a constituição de um fundo de maneiio, para o ano de **2019**, sendo a sua utilização feita segundo as seguintes regras:

- **Responsável:** Valdemar de Carvalho Pereira, Presidente da Câmara Municipal de Tarouca;

- **Montante:** € 2.500,00 (dois mil e quinhentos euros), distribuído pelas seguintes rubricas do orçamento:

CLASSIFICAÇÃO			
Orgânica	Económica	Descrição	Valor
0102	02010202	Gasóleo	200,00€
0102	020108	Material de escritório	150,00€
0102	020121	Outros bens	150,00€
0102	020209	Comunicações	100,00€
0102	020210	Transportes	150,00€
0102	020211	Representação de serviços	1.450,00€
0102	020225	Aquisição Serviços	150,00€
0102	06020305	Outras	150,00€

		TOTAL	2.500,00€
--	--	--------------	------------------

O fundo destina-se a pagar pequenas despesas urgentes e inadiáveis, cuja natureza económica corresponde a uma das classificações acima indicadas, e deverá ser reconstituído mensalmente contra a entrega dos documentos justificativos das despesas.

Tarouca, 3 de janeiro de 2019.

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade, aprovar a presente proposta e no uso da competência prevista no ponto 2.9.10.1.11. do POCAL, autorizar a constituição de um fundo de maneo, para o ano de **2019**, sendo a sua utilização feita segundo as seguintes regras:

- **Responsável:** Valdemar de Carvalho Pereira, Presidente da Câmara Municipal de Tarouca;

- **Montante:** € 2.500,00 (dois mil e quinhentos euros), distribuído pelas seguintes rubricas do orçamento:

CLASSIFICAÇÃO			
Orgânica	Económica	Descrição	Valor
0102	02010202	Gasóleo	200,00€
0102	020108	Material de escritório	150,00€
0102	020121	Outros bens	150,00€
0102	020209	Comunicações	100,00€
0102	020210	Transportes	150,00€
0102	020211	Representação de serviços	1.450,00€
0102	020225	Aquisição Serviços	150,00€
0102	06020305	Outras	150,00€
		TOTAL	2.500,00€

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta para produzir efeitos imediatos.

PONTO 3 - CONSTITUIÇÃO DE UM FUNDO DE MANEIO DESTINADO A SUPORTAR DESPESAS OCASIONAIS E DE PEQUENO MONTANTE RESULTANTES DA AÇÃO DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO A CRIANÇAS E JOVENS DE TAROUCA - PROPOSTA

Presente a proposta do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

"Constituição de um fundo de maneo destinado a suportar despesas ocasionais e de pequeno montante resultantes da ação da Comissão de Proteção a Crianças e Jovens de Tarouca

PROPOSTA



MUNICÍPIO DE TAROUCA

2019.01.10

CÂMARA MUNICIPAL

Nos termos da alínea b) do nº3 do artigo 14º da Lei nº 147/99, de 1.09, alterada pela Lei nº 142/2015, de 08.09 e pela Lei nº 23/2017, de 23.05, o apoio financeiro do município ao funcionamento da comissão de proteção, consiste na disponibilização " de um fundo de maneiio, destinado a suportar despesas ocasionais e de pequeno montante resultantes da ação das comissões de proteção a crianças e jovens, suas famílias ou pessoas que têm a sua guarda de facto, de acordo com os termos de referência a definir pela Comissão Nacional".

A Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens e a Associação Nacional dos Municípios Portugueses assinaram em 31.07.2017 um protocolo de colaboração que atualiza o anteriormente existente e fixa os valores da comparticipação a atribuir aos Municípios, em especial, a destinada ao fundo de maneiio (ver cláusula Quarta, ponto 1.2.).

Neste contexto,

proponho a V. Exas que esta Câmara Municipal delibere, no uso da competência prevista no ponto 2.9.10.1.11. do POCAL e para os efeitos previstos na alínea b) do nº1 do artigo 14º da Lei nº 147/99, de 01.08, autorizar a constituição de um fundo de maneiio destinado a suportar despesas ocasionais e de pequeno montante resultantes da ação da Comissão de Proteção a Crianças e Jovens de Tarouca, para vigorar durante o ano de **2019**, sendo a sua utilização feita segundo as seguintes regras:

- **Responsável:** Susana Cristina Sarmento Gouveia de Assunção, Presidente da Comissão de Proteção a Crianças e Jovens de Tarouca;
- **Montante:** € 52 (cinquenta e dois euros), distribuído pelas seguintes rubricas do orçamento:

CLASSIFICAÇÃO			
Orgânica	Económica	Descrição	Valor
0102	020225	Aquisição Serviços	22,00 €
0102	06020305	Outras	30,00 €
		TOTAL	52,00 €

O fundo destina-se a pagar pequenas despesas ocasionais e de pequeno montante, cuja natureza económica corresponde a uma das classificações acima indicadas, e deverá ser reconstituído mensalmente, junto da Secção de Contabilidade, contra a entrega dos respetivos documentos justificativos.

Tarouca, 3 de janeiro de 2019

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta e no uso da competência prevista no ponto 2.9.10.1.11. do POCAL, autorizar a constituição de um fundo de maneiio destinado a suportar despesas ocasionais e de

pequeno montante resultantes da ação da Comissão de Proteção a Crianças e Jovens de Tarouca, para vigorar durante o ano de 2019, sendo a sua utilização feita segundo as seguintes regras:

- **Responsável:** Susana Cristina Sarmento Gouveia de Assunção, Presidente da Comissão de Proteção a Crianças e Jovens de Tarouca;

- **Montante:** € 52 (cinquenta e dois euros), distribuído pelas seguintes rubricas do orçamento:

CLASSIFICAÇÃO		Descrição	Valor
Orgânica	Económica		
0102	020225	Aquisição Serviços	22,00 €
0102	06020305	Outras	30,00 €
		TOTAL	52,00 €

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta para produzir efeitos imediatos.

PONTO 4 - APOIO À MANUTENÇÃO E DIVULGAÇÃO TURÍSTICA DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO LOCAL - PROPOSTA

Presente a proposta do **Senhor Presidente da Câmara**, que a seguir se transcreve:

"APOIO À MANUTENÇÃO E DIVULGAÇÃO TURÍSTICA DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO LOCAL EM 2019

Proposta

A promoção do turismo como setor estratégico para o desenvolvimento do concelho passa também pela continuidade das ações anteriormente contratualizadas, de manutenção e divulgação turística do património histórico local, onde se incluem vários monumentos nacionais ou de interesse público. No contexto concelhio, as ações em parceria com outras entidades são muito frutuosas, permitindo a realização dos objetivos definidos, de forma económica e eficaz, para além de, desde que foram iniciadas, serem o meio adequado a garantir a visita do público, nacional e estrangeiro, aos principais monumentos, que de outro modo se encontrariam quase sempre encerrados.

Considerando que, as entidades que anteriormente beneficiaram de apoio do município para a realização da atividade de abertura e acompanhamento dos turistas que visitam os monumentos nacionais e de interesse público, localizados no concelho de Tarouca, e que a mesma é do interesse público municipal, **proponho** a V. Exa. que esta Câmara Municipal delibere, no uso da competência que lhe conferem as alíneas o) e t) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09, continuar a conceder os seguintes apoios, entre 01.01.2019 e 31.12.2019:

a) **À União das Freguesias de Gouveias e Ucanha** um subsídio mensal no valor de **€ 200,00 (duzentos euros)** para participação das despesas com a vigilância, acompanhamento dos visitantes e limpeza da Torre Fortificada de Ucanha;

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**

2019.01.10

CÂMARA MUNICIPAL

b) **À Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Tarouca** um subsídio mensal no valor de € 300,00 (trezentos euros), para comparticipação das despesas com a abertura, vigilância e acompanhamento dos visitantes da Igreja de S. Pedro de Tarouca, em horário alargado;

c) **À Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Salzedas** um subsídio mensal no valor de € 200,00 (duzentos euros), para comparticipação das despesas com o apoio aos serviços religiosos e a abertura diária da porta do Mosteiro de Santa Maria de Salzedas, incluindo aos fins de semana;

d) **À Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Vila Chã da Beira**, um subsídio mensal no valor de € 200,00 (duzentos euros), para comparticipação das despesas com a vigilância e acompanhamento dos visitantes da Capela de Santo António, incluindo aos fins de semana.

Mais proponho a aprovação da minuta do respetivo protocolo. Tarouca, 3 de janeiro de 2019.

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta e continuar a conceder os seguintes apoios, entre 01.01.2019 e 31.12.2019, mediante a prévia celebração de protocolo de colaboração:

a) **À União das Freguesias de Gouveães e Ucanha** um subsídio mensal no valor de € 200,00 (duzentos euros) para comparticipação das despesas com a vigilância, acompanhamento dos visitantes e limpeza da Torre Fortificada de Ucanha;

b) **À Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Tarouca** um subsídio mensal no valor de € 300,00 (trezentos euros), para comparticipação das despesas com a abertura, vigilância e acompanhamento dos visitantes da Igreja de S. Pedro de Tarouca, em horário alargado;

c) **À Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Salzedas** um subsídio mensal no valor de € 200,00 (duzentos euros), para comparticipação das despesas com o apoio aos serviços religiosos e a abertura diária da porta do Mosteiro de Santa Maria de Salzedas, incluindo aos fins de semana;

d) **À Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Vila Chã da Beira**, um subsídio mensal no valor de € 200,00 (duzentos euros), para comparticipação das despesas com a vigilância e acompanhamento dos visitantes da Capela de Santo António, incluindo aos fins de semana.

Foi ainda deliberado por unanimidade aprovar a minuta dos respetivos protocolos de colaboração.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta para produzir efeitos imediatos.

PONTO 5 - ORÇAMENTAÇÃO E GESTÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL EM 2019 - PROPOSTA

Presente a proposta do **Senhor Presidente da Câmara**, que a seguir se transcreve:

"ORÇAMENTAÇÃO E GESTÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL EM 2019

PROPOSTA

De acordo com o disposto no n°1 do artigo 31° da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n°35/2014, de 20.06, o orçamento dos órgãos ou serviços deve prever os seguintes encargos relativos aos trabalhadores:

- a) encargos relativos a remunerações;
- b) encargos relativos aos postos de trabalho previstos nos mapas de pessoal aprovados e para os quais se preveja recrutamento;
- c) encargos com alterações de posicionamento remuneratório;
- d) encargos relativos a prémios de desempenho.

Por seu turno, o n°2 do artigo 5° do Decreto-Lei n° 209/2009, de 03.09 determina que compete ao órgão executivo decidir sobre o montante máximo de cada um dos seguintes encargos:

- a) com o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos, e não ocupados, nos mapas de pessoal aprovados, e, ou;
- b) com alterações de posicionamento remuneratório na categoria dos trabalhadores que se mantenham em exercício de funções;
- c) com a atribuição de prémios de desempenho dos trabalhadores do órgão ou serviço.

Esta decisão deve ser tomada no prazo de 15 dias após o início da execução do orçamento (n° 3 do artigo 31° da LTFP).

Considerando que, em 2019:

* são permitidas as alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório, progressões e mudanças de nível ou escalão (n°s 1 e 2 do artigo 16° da Lei n° 71/2018, de 31.12);

* são permitidas alterações gestionárias de posicionamento remuneratório, nos termos do artigo 158° da LTFP, aprovada em anexo à Lei n° 35/2014, de 20.06, na sua redação atual, dentro da dotação inicial aprovada para este mecanismo, com aplicação do faseamento previsto para 2019 no n°8 do artigo 18° da Lei n° 114/2017, de 29.12;

* posteriormente à aprovação do Orçamento Municipal para 2019, foi publicado o Decreto-Lei n.° 117/2018, de 27 de dezembro, que atualiza o valor da retribuição mínima mensal garantida para 2019, com efeitos a partir de 01.01.2019, impondo-se a atualização das remunerações que lhe estão indexadas;

* continua em execução o Plano de Saneamento Financeiro aprovado em 2010 (ajustado em 2017), que prevê a não atribuição de prémios de desempenho;

* a dimensão do trabalho desenvolvido, a exigência do mesmo e os resultados obtidos, traduzidos na concretização com qualidade dos objetivos fixados para a atividade municipal, impondo-se o reconhecimento e valorização do desempenho dos trabalhadores envolvidos, em especial nas carreiras e categorias de maior grau de complexidade funcional;

PROPONHO a V. Excias que, em cumprimento do disposto no n°2 do artigo 31° da LTFP e nos n°2 do artigo 5° e n°1 do



MUNICÍPIO DE TAROUCA

2019.01.10

CÂMARA MUNICIPAL

artigo 13º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 03.09, esta Câmara Municipal delibere fixar o seguinte montante máximo de cada um dos encargos relativos aos trabalhadores municipais a seguir indicados, em 2019:

a) encargos relativos a remunerações (rubricas 01.01.04.01, 01.01.07, 01.01.08, 01.01.09): **€ 3 042 000,00;**

b) encargos relativos aos postos de trabalho previstos nos mapas de pessoal aprovados e para os quais se preveja recrutamento na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado: **€ 70 000,00;**

c) encargos relativos aos postos de trabalho previstos nos mapas de pessoal aprovados e para os quais se preveja recrutamento, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas, a termo resolutivo certo: **€ 30 000,00;**

d) alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório, abrangendo todas as carreiras: **€ 63 000,00**

e) alterações de posicionamento remuneratório, por opção gestionária: **€ 7 000,00**, assim desagregado:

* carreira técnica superior: **€ 6 000**

* categoria de coordenador técnico da carreira de assistente técnico: **€ 1000.**

f) não afetação de verbas para prémios de desempenho.

Caso seja necessário proceder ao desempate entre trabalhadores com igual avaliação de desempenho final, serão observados os seguintes critérios de desempate:

1º avaliação quantitativa final, até às centésimas;

2º avaliação obtida no parâmetro "Resultados", ponderada até às centésimas; e

3º avaliação obtida no parâmetro "Competências", ponderada até às centésimas.

Paços do Município, 3 de janeiro de 2018

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade, aprovar a presente proposta e, com fundamento na mesma, fixar o seguinte montante máximo de cada um dos encargos relativos aos trabalhadores municipais a seguir indicados, em 2019:

a) encargos relativos a remunerações (rubricas 01.01.04.01, 01.01.07, 01.01.08, 01.01.09): **€ 3 042 000,00;**

b) encargos relativos aos postos de trabalho previstos nos mapas de pessoal aprovados e para os quais se preveja recrutamento na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado: **€ 70 000,00;**

c) encargos relativos aos postos de trabalho previstos nos mapas de pessoal aprovados e para os quais se preveja recrutamento, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas, a termo resolutivo certo: **€ 30 000,00;**

d) alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório, abrangendo todas as carreiras: **€ 63 000,00**

e) alterações de posicionamento remuneratório, por opção gestionária: **€ 7 000,00**, assim desagregado:

* carreira técnica superior: € 6 000

* categoria de coordenador técnico da carreira de assistente técnico: € 1000.

f) não afetação de verbas para prémios de desempenho. Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta para produzir efeitos imediatos.

PONTO 6 - PROJETOS DOS PROGRAMAS ESTRATÉGICOS DE REABILITAÇÃO URBANA (PERU'S) DA SEDE DO CONCELHO, DE UCANHA E GOUVIÃES, DE SALZEDAS, DE S. JOÃO DE TAROUCA E DO OUTEIRO - PROPOSTA
Presente a proposta do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

"PROGRAMAS ESTRATÉGICOS DE REABILITAÇÃO URBANA (PERU's) DA SEDE DO CONCELHO, DE UCANHA E GOUVIÃES, DE SALZEDAS, DE S. JOÃO DE TAROUCA E DO OUTEIRO

PROPOSTA

Na sequência da reunião da Câmara Municipal de 31 de outubro de 2018, foi aberto, mediante aviso publicado no Diário da República, 2ª série, nº 223, de 20.11.2018 o período de discussão pública, durante 20 dias úteis, relativo aos projetos dos programas estratégicos de reabilitação urbana (PERU'S) da sede do concelho, de Ucanha e Gouviães, de Salzedas, de S. João de Tarouca e do Outeiro, o qual decorreu entre os dias 28 de novembro e 27 de dezembro, não tendo sido recebidas quaisquer reclamações, sugestões ou pedidos de informação sobre os mencionados projetos.

Foram solicitados pareceres ao Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IRHU), nos termos do nº3 do artigo 17º do Decreto-Lei nº 307/2009, de 23.10, que se pronunciou em 05.12.2018, mediante o ofício com a referência nº 806988, o qual, acompanhado dos referidos pareceres aprovados em 05.12.2018, fica anexo a esta proposta.

Nos referidos pareceres conclui-se que *"tendo em consideração a coerência da proposta apresentada para este programa estratégico de reabilitação urbana, o IHRU nada tem a opor à realização da respetiva ORU para a ARU da sede do concelho"*. Idêntica conclusão consta dos pareceres emitidos relativamente aos PERU's de Ucanha e Gouviães, Salzedas, S. João de Tarouca e Outeiro.

Assim, cumpridas que estão todas as formalidades legalmente previstas, **PROPONHO a V. Exas. que, no uso da competência prevista no nº1 do artigo 17º do Decreto-Lei nº 307/2009, de 23.10, na sua redação atual, esta Câmara Municipal delibere propor à Assembleia Municipal a aprovação dos seguintes PERU's:**

1. Programa Estratégico de Reabilitação Urbana para a execução da Operação de Reabilitação Urbana da Sede do Concelho;
2. Programa Estratégico de Reabilitação Urbana para a execução da Operação de Reabilitação Urbana de Ucanha e Gouviães;
3. Programa Estratégico de Reabilitação Urbana para a execução da Operação de Reabilitação Urbana de Salzedas;

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**

2019.01.10

CÂMARA MUNICIPAL

4. Programa Estratégico de Reabilitação Urbana para a execução da Operação de Reabilitação Urbana de S. João de Tarouca;
 5. Programa Estratégico de Reabilitação Urbana para a execução da Operação de Reabilitação Urbana do Outeiro, documentos que constam em anexo à presente proposta e cujo teor se dá aqui por integralmente reproduzido.
- Tarouca, 8 de janeiro de 2019

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

O Senhor Presidente da Câmara informou que foi efetuada consulta pública destes documentos, não tendo sido apresentadas quaisquer observações ou sugestões e que o Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana emitiu parecer favorável, conforme consta da documentação junta à presente proposta e remetida com a ordem do dia aos Senhores Vereadores.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta e, com fundamento na mesma, propor à Assembleia Municipal a aprovação dos seguintes PERU's:

1. Programa Estratégico de Reabilitação Urbana para a execução da Operação de Reabilitação Urbana da Sede do Concelho;
2. Programa Estratégico de Reabilitação Urbana para a execução da Operação de Reabilitação Urbana de Ucanha e Gouveães;
3. Programa Estratégico de Reabilitação Urbana para a execução da Operação de Reabilitação Urbana de Salzedas;
4. Programa Estratégico de Reabilitação Urbana para a execução da Operação de Reabilitação Urbana de S. João de Tarouca;
5. Programa Estratégico de Reabilitação Urbana para a execução da Operação de Reabilitação Urbana do Outeiro, documentos que constam em anexo à presente proposta e cujo teor se dá aqui por integralmente reproduzido.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta para produzir efeitos imediatos.

PONTO 7 - AVERBAMENTOS DAS SEGUINTE LICENÇAS DE TÁXI - RATIFICAÇÃO

Foi deliberado por unanimidade ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara de averbamento das seguintes licenças de táxi:

- c) Adérito Pereira Vieira - Licença nº 5/2002 - averbamento da licença por mudança de titular;
- d) Adérito Pereira Vieira - Licença nº 5/2002 - averbamento da licença por mudança de veículo;
- b) Cassiano Morais Gil - Licença nº 6/2002 - averbamento da licença por mudança de veículo.

PONTO 8 - APOIOS CONCEDIDOS A ENTIDADES E ORGANISMOS LEGALMENTE EXISTENTES, COM VISTA À PROSECUÇÃO DE OBRAS E EVENTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO, BEM COMO ÀS FREGUESIAS - INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA

Presente a seguinte informação do Senhor Presidente da Câmara:

"Apoios concedidos a entidades e organismos legalmente existentes, com vista à prossecução de obras e eventos de interesse para o município, bem como às freguesias (alínea o) do nº1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12.09) Período de 13.11.2018 a 31.12.2018

Informação nos termos do nº 3 do artigo 35º do Anexo I à Lei nº75/2013, de 12 de setembro:

❖ **Fábrica da Igreja Paroquial de Ucanha**

Total: € 18,45

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção) para a Casa Paroquial de Ucanha.

❖ **Freguesia da União das Freguesias de Granja Nova e Vila Chã da Beira**

Total: € 3.326,97

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção) para a construção da Capela Mortuária de Vila Chã da Beira.

❖ **Freguesia da União das Freguesias de Gouviães e Ucanha**

Total: €11,85

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção), para casa memoria José Leite Vasconcelos - Ucanha;

• **Freguesia da União das Freguesias de Tarouca e Dálvares**

Total: € 2.359.65

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção) para a Capela Mortuária de Valverde - Tarouca.

❖ **Associação Recreativa Cultural de Meixedo**

Total: € 1.346,67

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção) para beneficiação da sede da Associação.
Tarouca, 08 de janeiro de 2019

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade ratificar os apoios concedidos.

PONTO 9 - APOIOS CONCEDIDOS PARA ATIVIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, EDUCATIVA, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO - INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA

Presente a seguinte informação do Senhor Presidente da Câmara:
"Apoios concedidos para atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o Município (alínea u) do nº1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12.09)

Período de 13.11.2018 a 31.12.2018

Informação nos termos do nº 3 do artigo 35º do Anexo I à Lei nº75/2013, de 12 de setembro:

❖ **Centro Social e Paroquial da Vila de Salzedas**

Total: € 199,70

Finalidade: Apoio em espécie (produtos alimentares) aquando da realização do evento "Sopas da Cantina" no dia 28/10/2018.

❖ **Ginásio Clube de Tarouca**

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**

2019.01.10

CÂMARA MUNICIPAL

Total: € 108,41

Finalidade: Apoio em espécie (alojamento e produtos alimentares) aquando da realização do II Torneio Internacional de Andebol, integrado nas Festas de S. Miguel de 2018.

❖ **Fábrica da Igreja Paroquial de Tarouca**

1. Total: € 369,00

Finalidade: Apoio em espécie (serviços de pirotecnia) aquando das festas em Honra de S. Martinho de 2018 em Esporões - Tarouca.

2. Total: € 922,50

Finalidade: Apoio em espécie (iluminação decorativa) aquando das festas em Honra de S. Pedro de 2018 em Tarouca.

❖ **Associação Recreativa e Cultural de Meixedo**

Total: € 86,18

Finalidade: Apoio em espécie (produtos alimentares) aquando o magusto da Associação.

❖ **Clube de Tiro Douro Sul**

Total: € 96,46

Finalidade: Apoio em espécie (produtos alimentares) aquando de evento "II Gala de Entrega de Prémios" realizado no dia 8 de dezembro de 2018.

❖ **Clube Português da Engadina**

Total: € 846,88

Finalidade: Apoio em espécie (troféus e medalhas) aquando da realização de eventos desportivo organizados pelo do Clube.

❖ **Agrupamento de Escolas Dr. José Leite Vasconcelos**

Total: € 55,35

Finalidade: Apoio em espécie (rifas) aquando de evento organizado pela Associação de Estudantes da Escola.

❖ **Associação Desportiva e Recreativa Tarouquense**

Total: € 100,00

Finalidade: Apoio em espécie (transporte de atletas) aquando da realização de jogo desportivo, conforme calendário oficial. Indisponibilidade do autocarro do Município.

❖ **Fábrica da Igreja Paroquial de Vila Chã da Beira**

Total: € 615,00

Finalidade: Apoio em espécie (iluminação decorativa) para a Festa em Honra de Nossa Senhora das Graças e Santa Bárbara, em Vila Chã da Beira, nos dias 25 e 26 de agosto de 2018.

❖ **Fábrica da Igreja Paroquial de Granja Nova**

Total: € 553,50

Finalidade: Apoio em espécie (iluminação decorativa) para a Festa em Honra de Santo António em Granja Nova.

❖ **Fábrica da Igreja Paroquial de Salzedas**

Total: € 615,00

Finalidade: Apoio em espécie (iluminação decorativa) para a Festa em Honra de Santa Marinha em Meixedo.

❖ **Fábrica da Igreja Paroquial de Mondim da Beira** Total: € 615,00

Finalidade: Apoio em espécie (iluminação decorativa) para a Festa em Honra de Santa Bárbara e Senhora do Enxertado em Mondim da Beira.
Tarouca, 08 de janeiro de 2019

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade ratificar os apoios concedidos.

PONTO 10 - RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA

Presente o resumo diário da tesouraria número sete, de dez de janeiro corrente, o qual apresenta um saldo de dotações orçamentais no montante de € 117.167,17 (cento e dezassete mil e cento e sessenta e sete euros e dezassete cêntimos) e um saldo de dotações não orçamentais no montante de € 229.281,12 (duzentos e vinte e nove mil e duzentos e oitenta e um euros e doze cêntimos).

Foi tomado conhecimento.

Nesta altura, o **Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes** retirou-se da reunião por motivo de impedimento.

PONTO 11 - INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P. - PROGRAMA CLDS 4G - CONVITE PARA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE NO DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS NO CONCELHO DE TAROUCA

Presente o ofício número mil e duzentos e vinte e oito, de cinco de janeiro corrente, remetido pelo Instituto da Segurança Social, IP, informando que foi publicado o Despacho número cento e setenta e seis-C/dois mil e dezanove, de quatro de janeiro corrente, o qual determina que este Concelho é elegível no âmbito do Programa CLDS-4G, tendo sido identificado como um território que se caracteriza pelas vulnerabilidades do desemprego e pobreza, pelo que será alvo de financiamento, cujo montante atribuído é de € 453.600,00 (quatrocentos e cinquenta e três mil e seiscentos euros). Tendo em conta as duas vulnerabilidades sociais, o projeto a implementar no concelho tem de desenvolver todas as ações obrigatórias definidas para o seguinte Eixo de intervenção definidos no número um do artigo quarto da Portaria número duzentos e vinte e nove/dois mil e dezoito, de catorze de agosto: Eixo 1: Emprego, formação e qualificação; Eixo2: Intervenção familiar e parental, preventiva da pobreza infantil, devendo a equipa técnica ser constituída no mínimo por um coordenador e dois técnicos superiores.

O Senhor Presidente da Câmara disse o seguinte:

"Fomos contemplados com o Programa CLDS-4G o que também é um reconhecimento pelo trabalho anteriormente desempenhado. Temos que nomear a entidade que local que vai ser coordenadora do projeto.

Proponho pela experiência anterior a designação da "Vale Varosa - Associação de Desenvolvimento Local".

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**

2019.01.10

CÂMARA MUNICIPAL

O Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias disse que concorda com a entidade proposta.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade, em resposta ao referido pedido, manifestar ao Instituto da Segurança Social, IP o interesse desta Câmara Municipal no desenvolvimento de um CLDS-4G no concelho de Tarouca e designar como Entidade coordenadora local da parceria para o CLDS-4G a entidade Vale Varosa - Associação de Desenvolvimento Local, com o NIF 513591737.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta para produzir efeitos imediatos."

Nesta altura da reunião, o Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias retirou-se da reunião por motivo de impedimento.

**PONTO 12 - PROGRAMA CLDS 4G NO CONCELHO DE TAROUCA-
DESIGNAÇÃO DO COORDENADOR DA EQUIPA**

O Senhor Presidente da Câmara, na sequência da deliberação proferida no ponto anterior, propôs a aprovação do Licenciado em Gestão e Desenvolvimento Social, Jaime Manuel Dias Nascimento, como coordenador técnico do CLDS 4G por reunir todos os requisitos exigidos no Regulamento Específico do Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social 4.ª Geração, conforme consta do respetivo curriculum vitae, que apresentou ao Executivo.

Discutido o assunto e apreciado o referido curriculum vitae, foi deliberado, por unanimidade, aprovar o Licenciado em Gestão e Desenvolvimento Social, Jaime Manuel Dias Nascimento como coordenador técnico do CLDS 4G no concelho de Tarouca, a tempo completo, por reunir todos os requisitos necessários para o efeito, nomeadamente, possuir formação superior relevante para o exercício das funções, um perfil que alia competências de gestão e de trabalho de equipa, bem como a experiência exigida.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta para produzir efeitos imediatos.

Terminada a discussão deste assunto, os Senhores Vereadores José Damião Lopes Guedes de Melo e Afonso Manuel Batista Dias regressaram à reunião.

Nesta altura da reunião, o Senhor Presidente da Câmara retirou-se da reunião, tendo passado o Senhor Vice-Presidente a presidir.

**PONTO 13 - PROCESSO DE OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO URBANO COM
OBRAS DE URBANIZAÇÃO N° 155/16; REQUERENTE: AQUIGARANTE,
LDA - PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DE CAUÇÃO SOB A FORMA DE
HIPOTECA - ANÁLISE E DECISÃO**

Presente a seguinte proposta da Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira:

"PROPOSTA DE DECISÃO

PROCESSO DE OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO COM OBRAS DE URBANIZAÇÃO 155/16

REQ. AQUIGARANTE LDA

LUGAR: LUGAR DA NABA - TAROUCA

PEDIDO: SUBSTITUIÇÃO DE CAUÇÃO SOB A FORMA DE HIPOTECA, PARA GARANTIA DA BOA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE URBANIZAÇÃO

Presente um requerimento, em nome de AQUIGARANTE, LDA, com sede em Edifício dos Carvalhos, E3, R/Chão Dt° - Castanheiro do Ouro, União das Freguesias de Tarouca e Dálvares, relativo da alteração da caução efetuada pela hipoteca de um prédio pelos os lotes 2 e 3 como caução das obras de urbanização licenciadas pelo alvará n° 1/17 e das obras do loteamento em que se inserem.

Proponho que a Câmara Municipal aprecie e delibere sobre a aprovação da proposta de substituição da caução da hipoteca sobre o prédio urbano, sito no lugar da Naba, freguesia de união das freguesias de Tarouca e Dálvares, município de Tarouca, com a área de 991,66 m2, descrito na Conservatória de Registo Predial de Tarouca sob o n° 4446, de 20.07.2016 e inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo 2789°, pelos lotes 2 e 3 do loteamento aprovado, no referido prédio avaliados no valor de 35 000.00€, com fundamento na informação do Chefe de Divisão da DGUA, constantes do processo, relativa à avaliação de lote em 17 500.00 €, como caução da boa execução das obras do loteamento do processo n° 155/16, com o alvará de loteamento n° 1/17 e ainda do processo n° 53/18 do loteamento em que se inserem os lotes e ao pagamento das prestações relativas às taxas a liquidar no mesmo processo nos termos e condições do artigo 22° do Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Tarouca.

Tarouca, 10 de janeiro de 2019

A Vereador do Pelouro,

a) Susana Cristina Dias Pereira"

Verificou-se que a presente proposta vem acompanhada do processo de operação de loteamento urbano com obras de urbanização n° 155/16, em que é requerente a sociedade "AquiGarante, Lda"; do requerimento registado nesta Câmara Municipal sob o número 329, em 10.01.2019, em que o titular solicita a alteração do pedido datado de 20.11.2018 e que sejam considerados os lotes 2 e 3 "para caução sob as obras de urbanização dos dois loteamentos e ainda como caução sobre o pagamento das taxas relativas

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**

2019.01.10

CÂMARA MUNICIPAL

ao loteamento aprovado, assumindo o pagamento superior a 25% no âmbito da emissão do respetivo alvará." E da informação do Chefe de Divisão da DGUA, da qual consta que o valor dos lotes n.ºs 2 e 3 é de € 17 500, cada.

A **Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira** explicou em pormenor que a modificação da hipoteca prestada, para abranger apenas os lotes n.ºs 2 e 3 depende da emissão do alvará de loteamento em que se inserem os lotes, a qual depende de prévia prestação de caução pela execução das obras de urbanização deste mesmo loteamento, com um valor inferior a 1000 euros, tendo assim, e entretanto, o requerente demonstrado nos serviços o interesse em não submeter as obras deste loteamento ao pedido de modificação da hipoteca, simplificando-se assim o processo.

O **Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias** perguntou se o parecer técnico é favorável.

A **Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira** informou que do processo consta informação técnica a considerar a avaliação do cada lote em 17.500 euros, na consideração das obras de urbanização dos dois loteamentos.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade:

1º autorizar a modificação do objeto da hipoteca prestada para garantia da boa execução das obras de urbanização licenciadas pelo alvará de loteamento número 1/2017, emitido em 17.05.2017, que incide sobre o prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial de Tarouca sob o n.º 4446 e ali inscrita a favor deste Município pela apresentação n.º 448, em 24.04.2017, que passa a abranger apenas os lotes n.ºs 2 e 3 do loteamento aprovado para o referido prédio urbano, por deliberação desta Câmara Municipal de 15.11.2018, no âmbito do processo registado sob o número 53/2018, na sequência da emissão do respetivo alvará de loteamento com obras de urbanização e do seu registo na Conservatória do Registo Predial, cujo valor total atribuído é de €35 000,00, sendo 17.500,0 euros por lote, como garantia da boa execução das obras de urbanização no valor de 29 442,14 euros.

2º por consequência, autorizar o cancelamento da referida hipoteca em relação aos restantes lotes e parcelas de terreno cedidas através do alvará de loteamento urbano a emitir no âmbito do processo registado sob o número 53/2018;

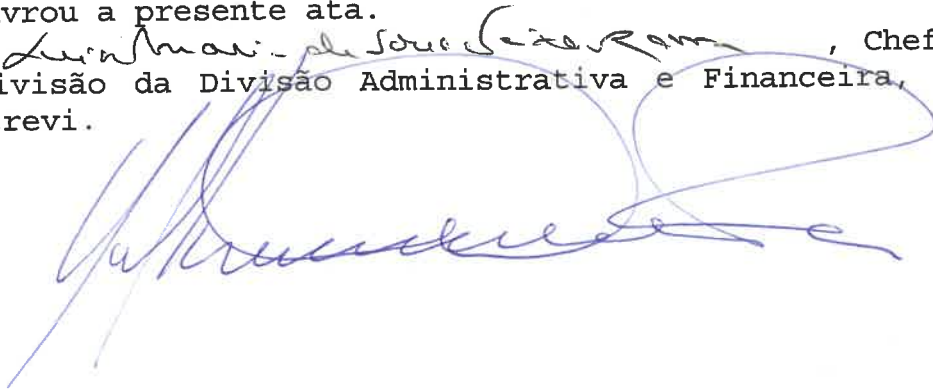
3º deferir o pedido de pagamento em prestações das taxas devidas ao processo n.º 53/2018, na emissão do alvará de

loteamento urbano com obras de urbanização, em que é requerente a sociedade "Aquiguarante, Lda", nas condições previstas pelo artigo 22º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Tarouca.

Terminada a discussão deste assunto, o Senhor Presidente da Câmara regressou à reunião.

Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente da Câmara** declarou encerrada a reunião pelas onze horas, da qual se lavrou a presente ata.

E eu, *Luis Maria de Sousa Seixas Ramalho*, Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira, a subscrevi.

A large, stylized handwritten signature in blue ink, which appears to read "Luis Maria de Sousa Seixas Ramalho". The signature is written over the text of the document and extends across several lines.